

Os efeitos da pandemia no setor elétrico brasileiro

SILVA, Elisa Bastos. “Os efeitos da pandemia no setor elétrico brasileiro”. Valor Econômico. São Paulo, 15 de abril de 2020.

Em texto clássico, Albert Einstein nos diz que a crise é a "maior benção que pode acontecer às pessoas e aos países, porque a crise traz progressos". Ler isso no meio do enfrentamento a uma pandemia pode parecer cruel ou desarrazoado, mas o físico alemão tem muita razão no que disse. Isaac Newton, isolado em casa para proteger-se da Grande Praga de Londres, uma epidemia de peste bubônica que afetou a Inglaterra entre 1665 e 1666, desenvolveu a teoria da gravidade e as bases do Cálculo Moderno. Após a Gripe Espanhola (1918-1920), os sistemas de saúde no mundo tiveram notável desenvolvimento. Einstein, portanto, nos convoca a perceber as crises como oportunidade para inovar, romper antigos modelos mentais e construir novas estruturas, novas soluções.

O Setor elétrico tem sido constantemente desafiado por crises. Nenhuma delas, entretanto, com as características e consequências de uma pandemia, com proporções e alcance que desafiam a nossa capacidade de reação. Nem o mais pessimista dos planejamentos estratégicos previu algo dessa magnitude. Portanto, não há solução de prateleira para sanear os efeitos da pandemia na cadeia produtiva do Setor elétrico.

O combate ao vírus, em sentido médico, exige isolamento, mas em sua dimensão econômica requer união. Dada a essencialidade da energia elétrica para a vida das pessoas e o desempenho geral da economia, é necessário que o regulador, o formulador da política pública e as demais entidades do setor pensem de modo conjunto e estrutural medidas para assegurar a manutenção da prestação do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro do setor, com adequada alocação dos danos e preservação de contratos.

Em março, a Aneel estabeleceu medidas emergenciais para assegurar o fornecimento de energia elétrica e preservar a vida dos colaboradores e dos consumidores, com vedação ao corte de energia dos colaboradores e dos consumidores, residenciais e serviços essenciais por 90 dias. As faturas impressas podem ser substituídas por faturas eletrônicas, e as distribuidoras devem viabilizar formas de atendimento não presenciais, dentre outras medidas.

Outras questões, no entanto, tem nos mobilizado, pois requerem mais aprofundamento e soluções estruturais. Com a retração da economia, a ameaça do desemprego e a consequente redução da renda, dois problemas iniciais precisam ser enfrentados: o risco da inadimplência e a redução do consumo geral de energia elétrica.

É necessário ter sensibilidade neste momento para encontrar um caminho do meio, soluções que considerem a contingência do consumidor e ao mesmo tempo mantenham a sustentabilidade do Setor elétrico.

Para famílias com renda mensal de um salário mínimo ou àquelas que terão redução drástica de renda, o peso das despesas mensais será cruel. Não há como ser indiferente a esse cenário. As iniciativas para garantir o custeio das contas de luz dos consumidores

da Tarifa Social e a renda básica emergencial são importantes para conter o agravamento da condição socioeconômica desses cidadãos.

No outro polo, a redução do mercado e o crescimento da inadimplência têm impacto direto no equilíbrio econômico e financeiro do Setor elétrico. No atual modelo de comercialização de energia elétrica, as distribuidoras atuam como agente de arrecadação do setor. De uma receita total de cerca de R\$ 210 bilhões ao ano, menos de 30% remuneram o serviço de distribuição, o restante da receita é destinado ao pagamento de tributos federais e estaduais, encargos setoriais que viabilizam as políticas públicas do setor, e custos com compra e transmissão da energia para o suprimento do mercado regulado. Nesse sentido, as distribuidoras são os primeiros agentes da cadeia do Setor elétrico a sentir os efeitos da pandemia.

Há ainda o impacto da brusca redução da demanda com sobra de energia contratada, que passa a ser um sobrecusto. Isso pressiona o caixa das empresas e, após algum tempo, a tarifa dos consumidores. Com a redução de faturamento, as distribuidoras podem não ser capazes de honrar pagamentos, o que afeta transmissoras e geradoras de energia, colocando seu funcionamento em risco.

Para conter esse efeito, a agência tomou outra medida em sua área de competência para adiantar às distribuidoras e aos consumidores livres cerca de R\$ 2 bilhões, que ambos fariam jus ao longo dos meses, proporcionando assim, alívio aos caixas das distribuidoras.

O desafio do formulador da política pública, do regulador e demais agentes de toda a cadeia do Setor elétrico é construir uma solução robusta para o problema, no tempo exato, sem o afogadilho que pode nos levar a decisões precipitadas e um desastroso day after, mas com o senso de urgência que o assunto exige. Por isso, o esforço conjunto é imprescindível para sairmos da crise melhor do que entramos.

Para que as medidas sejam eficazes, é necessário evitar que pressões dominem o ambiente de negociação, que haja uma coordenação integrada e a compreensão de que os danos precisam ser compartilhados por todos os segmentos.

A experiência do racionamento de energia de 2001 e da crise hidrológica de 2014 trouxe aprendizados importantes que podem ajudar as instituições públicas e privadas a desenhar soluções adequadas para o enfrentamento do problema. No entanto, a crise atual é singular e as soluções do passado podem não ser adequadas ou suficientes na atual conjuntura.

Olhando um pouco à frente, o destravamento das medidas de modernização do setor, que dependem da aprovação do PL 232, pode atuar como potencializador de soluções disruptivas, no médio e longo prazo, passada a primeira onda da pandemia. O desenvolvimento sócio-econômico do país com o setor modernizado será mais eficiente e sustentado.

Retomando o pensamento de Einstein "não podemos querer que as coisas mudem, se sempre fazemos o mesmo". O ineditismo dessa crise pode nos ajudar a avançar no amadurecimento das propostas para o Setor elétrico, fortalecê-lo e renová-lo. É preciso, no entanto, um esforço congregado. Juntos, seremos capazes de superar este desafio do mundo globalizado, onde a cooperação entre pessoas e instituições vai prevalecer no enfrentamento à pandemia.

Elisa Bastos Silva é diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com mestrado e doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Faculdade de Engenharia Mecânica na Unicamp